

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
APRESENTAÇÃO.....	XI
PREFÁCIO.....	XV
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XIX
1. INTRODUÇÃO	1
2. SISTEMA E NORMAS JURÍDICAS.....	7
2.1 A ideia de sistema jurídico.....	7
2.2 A estrutura das normas jurídicas	10
2.3 Sanções: conceito e funções	20
2.4 Natureza jurídica das sanções	25
2.5 Ilícitos penais e ilícitos tributários: diferenças e aproximações.....	31
3. ASPECTOS DO SISTEMA SANCIONADOR TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.....	47

O PRINCÍPIO DO *NE BIS IN IDEM* E A (IN)COMPATIBILIDADE
DE PUNIÇÕES CUMULATIVAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

3.1	(In)dependência entre as instâncias penal e administrativa e seus paradoxos.....	47
3.2	Princípios estruturantes comuns às esferas penal tributário e tributário penal	59
3.2.1	Princípio da insignificância ou bagatela ..	67
3.2.2	Princípio da proporcionalidade.....	72
4.	DESENVOLVIMENTO DO <i>NE BIS IN IDEM</i> À LUZ DA CUMULAÇÃO DE SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS.....	81
4.1	O princípio do <i>ne bis in idem</i> : contextualização inicial e o seu panorama no direito brasileiro ...	81
4.2	O princípio do <i>ne bis in idem</i> : múltiplas fórmulas e dimensão evolutiva do seu escopo de proteção	88
4.3	Critérios de aplicação do <i>ne bis in idem puniri</i> .	95
4.3.1	A identidade da pessoa punida.....	95
4.3.2	A identidade dos fatos objetos de julgamento (<i>factum</i>).....	101
4.3.3	A duplicação dos fundamentos sancionatórios (<i>idem</i>) após a definitividade de uma das duas decisões	104
5.	VEDAÇÃO DA CUMULAÇÃO DE SANÇÕES PUNITIVAS À LUZ DA EXPERIÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL E DO DIREITO EXTERNO...	109
5.1	A compreensão restritiva da proibição do <i>bis in idem</i> na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	109

PATRÍCIA GONDIM MOREIRA PEREIRA

5.2	Jurisprudência da Corte Europeia dos Direitos Humanos (CEDH)	116
5.3	Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).....	130
5.4	Alcance do princípio do <i>ne bis in idem</i> sob a perspectiva do direito ibérico.....	140
6.	CONCLUSÃO	151
	REFERÊNCIAS	159